

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas, sendo controlada pelos Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Sra. Fanny Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 26 de março de 2012.

2.2. Normas publicadas ainda não vigentes

As Normas e Interpretações abaixo não se aplicam às atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgação;
- IFRS 9 Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 Acordos em Conjunto;
- IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades;
- IFRS 13 Mensuração do valor justo.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS para aplicação após 31 de dezembro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que também não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações contábeis;
- IAS 12 – Impostos sobre a renda;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais;
- IAS 28 – Contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;

b) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação;

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”;

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos

mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Passivos Financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- b) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses. Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado;

f) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes;

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste;

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente;

j) Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

k) Lucro por ação

Na Companhia, o lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do exercício apurado nas demonstrações contábeis e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Aplicações financeiras	457	323
	<u>457</u>	<u>324</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em debêntures compromissadas. Em 31 de dezembro de 2011, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 101,18% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Partes relacionadas

A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$ 1.458.

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria no exercício de 2011. No exercício de 2010 o montante foi de R\$ 66.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou em seu ativo circulante o montante de R\$ 184 relativo a juros sobre o capital próprio creditados e propostos de seus investimentos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A. (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2010).

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	305	451
Alíquota fiscal combinada	34%	24%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>(104)</u>	<u>(108)</u>
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízos fiscais do exercício	(29)	-
Juros sobre o capital próprio creditados	67	24
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	26
Outras adições e exclusões	<u>(12)</u>	<u>-</u>
	<u>(78)</u>	<u>(58)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(58)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(78)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	25,57%	12,90%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício.

Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$ 3.756 e R\$ 6.898 respectivamente (R\$ 3.632 e R\$ 6.773 em 2010). Por não ser assegurada a realização dos créditos fiscais decorrentes dos prejuízos fiscais e das bases negativas da contribuição social, a Companhia, conservadoramente, não reconheceu o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre esses valores.

7. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

Os investimentos nas empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40, aprovados pela deliberação CVM nº 604 de 19 de novembro de 2009.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preço de mercado cotados em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	457	457	324	324
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.101	6.101	13.380	13.380

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

8. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobras. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. A Companhia já fez um depósito judicial no valor atualizado de R\$ 1.989. O auto está sendo discutido administrativamente.

Nenhum valor foi provisionado pela Companhia face à probabilidade de desfecho desfavorável não ser considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

9. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor

que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Em 29 de abril de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social de R\$ 989 para R\$ 3.000 com reserva de capital e reserva de lucros.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido no montante bruto de R\$ 196 que sofreu retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 29, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 167, creditados em 22 de dezembro de 2011, e cuja data de pagamento será deliberado na Assembleia Ordinária de 2012.

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembléia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	227	393
Reserva legal	<u>(12)</u>	<u>(20)</u>
	<u>215</u>	<u>373</u>
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	54	93
Juros sobre o capital próprio (líquido do IR)	(167)	(85)
Dividendos propostos	-	9

10. Lucro por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas	227	393
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	74.000	74.000
Lucro básico por ação	3,07	5,31

-

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

11. Despesas por natureza

	2011	2010
Gastos com pessoal	-	66
Consumo de serviços, materiais e outros	136	109
Outras despesas	3	5
	139	180